

# Revista GepeVida 2018

*Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental*

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

## UM PANORAMA DA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO: CONSTRUÇÃO DE UMA CONCEPÇÃO DEMOCRÁTICA

Gisleine Cruz Portugal <sup>1</sup>

Rachel Hidalgo <sup>2</sup>

Dione Iara Silveira Kitzmann <sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho busca traçar um panorama sobre a política de áreas protegidas no recorte brasileiro, avaliando como a Educação Ambiental (EA) foi inserida neste contexto, e como se deu seu desenvolvimento institucional. Sendo as Unidades de Conservação territórios de disputa, reconhecemos as diferentes relações na sociedade capazes de produzir os riscos e danos ambientais, o que legitima diferentes abordagens de EA. Consideramos que pensar sobre a participação e formas de valorizá-las podem auxiliar nas estratégias de gestão, trabalhando no sentido de buscar o empoderamento e pertencimento de comunidades e promover um despertar de um sentimento de responsabilidade e da atitude cidadã, objeto último da Educação Ambiental.

**Palavras-chaves:** Áreas protegidas; Educação ambiental; Cidadania

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca fazer um resgate histórico sobre a política de áreas protegidas no recorte brasileiro, avaliando como a Educação Ambiental (EA) foi inserida neste contexto, seu processo de institucionalização, e seu desenvolvimento histórico no sentido de, a partir de um primeiro enfoque naturalista, se tornar uma prática crítica. Reconhecemos ainda, a legitimidade das diferentes abordagens de EA, fundamentada nas macrotendências da Educação Ambiental defendida por Layrargues (2012), quando

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande - PPGEA/FURG. E-mail: [emaildagis@gmail.com](mailto:emaildagis@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestranda em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande - PPGEA/FURG. E-mail: [rachelhidalgo@ribombo.com](mailto:rachelhidalgo@ribombo.com).

<sup>3</sup> Doutora em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: [docdione@furg.br](mailto:docdione@furg.br).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

# Revista GepeVida 2018

*Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental*

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

aplicadas de forma coerente com a grande variedade de contextos dos indivíduos, no caminho da formação de uma atitude ecológica (CARVALHO, 2008).

Na história humana, a criação de áreas protegidas surgiu em resposta às condições ambientais de territórios ocupados por populações que utilizavam dos recursos naturais para sua sobrevivência, e reconheciam a necessidade de sua recuperação periódica. A noção de proteção da biodiversidade passou por transformações ao longo do tempo, sendo a discussão moderna pautada em ideias contrastantes de conservação e preservação. A preservação se fundamenta na proteção da natureza por meio de seu isolamento, reconhecendo seu valor intrínseco sem promover a utilização de recursos, mantendo-os como testemunhos para gerações futuras, enquanto a ideia de conservação teria como base a proteção de espécies subordinada ao desenvolvimento econômico, buscando promover o uso dos recursos naturais de forma sustentável (JÚNIOR et al., 2009).

Em um período de desenvolvimento da ciência, na década de 80, o surgimento de tecnologias como a de visualização da Terra por satélites evidenciava a intensa degradação do planeta, gerando novas percepções sobre a natureza, agora como recurso econômico em escassez. Além disso, cientistas começaram a identificar processos de extinção de espécies mais intensos, ao mesmo tempo que se identificava o grande potencial de recursos naturais para o desenvolvimento de novas tecnologias e atividades econômicas (JÚNIOR et al. 2009). O interesse econômico levantava, então, a demanda de um compromisso internacional para a conservação de recursos, com foco em países com altos índices de biodiversidade. Uma visão preservacionista ganhou, neste momento, grande visibilidade e a ação humana passou a ser considerada, por algum tempo, incompatível com a proteção da biodiversidade (VAN SCHAIK; RIJKSEN, 2002). Por outro lado, a questão ambiental problematizada com o desenvolvimento econômico e a presença humana tornam-se pauta dos movimentos sociais, inaugurando uma fase de debate democrático e questionamentos acerca da função social das Unidades de Conservação (UCs). A ideia de repartição internacional de malefícios e benefícios da conservação ganha apoio, com um papel fundamental da Organização das Nações Unidas (ONU) nestas discussões, promovendo conferências, fóruns, congressos que delinearam as políticas de áreas protegidas com a

configuração que conhecemos hoje.

Assim, a gestão ambiental ganha forma se apoiando na diversidade de conflitos, com o entendimento de que as propostas de conservação devem se dar de forma que nem a extração predatória e inconsequente de recursos para atender mercados globais, nem a exclusão completa da população sejam a estratégia escolhida, mas sim uma análise complexa e multifacetada dos contextos de cada região (BECKER, 2007).

## **2. O CONTEXTO BRASILEIRO DA GESTÃO DE UCS E OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

O Brasil passou por diferentes fases na construção de sua política de áreas protegidas, que apresentou, em diferentes momentos, mudanças em termos de concepção de meio ambiente, seus objetivos e estratégias. Apesar destas nuances, o Estado se colocou sempre com um papel central na consolidação de um aparato jurídico, institucional e político para a conservação da natureza, com a participação da sociedade civil em maior ou menor medida. Políticas de implantação e gestão de áreas protegidas foram conduzidas ao longo do tempo, em uma primeira etapa, por uma questão de uso de recursos e controle territorial, e posteriormente por reconhecer, estrategicamente, a biodiversidade como riqueza. Dentro das estratégias de gestão, a Educação Ambiental foi inserida gradativamente, com fundamentos e objetivos condicionados pelos momentos políticos do país, reconhecendo, cada vez mais, a participação e a cidadania como conceitos centrais.

Na década de 30, no contexto do Governo Vargas, transformações estruturais aconteciam no país, no sentido de transformar o Brasil de um país agrário para urbano-industrial. Assim, uma visão nacionalista de caráter tecnocrático passou a conduzir as ações de gestão de recursos naturais do Estado, gerando avanços na política de implementação de áreas protegidas. No ano de 1934, surgiram medidas de gerenciamento de território que regulamentavam o uso dos recursos florestais, dando base para as futuras estratégias de conservação que surgiriam em momentos seguintes. O Código Florestal surgiu neste período, delimitando os direitos de uso de propriedade e observando a proteção dos cursos d'água e preservação de espécies raras (JÚNIOR et al., 2009). Pode-se

# Revista GepeVida 2018

*Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental*

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

perceber, neste momento, motivações conservacionistas no modelo brasileiro desde a concepção do seu primeiro instrumento legal, que já englobava certa perspectiva de uso sustentável, mais direcionada ao manejo de recursos, oriunda da influência de uma elite europeia colonialista (MEDEIROS, 2004).

Apesar de um movimento preservacionista internacional, como o iniciado pelos Estados Unidos, que priorizava áreas isoladas com riqueza cênica e alto índice de biodiversidade, ter influenciado o Brasil, aqui ocorreu outra dinâmica territorial. As áreas protegidas se localizavam em áreas de conflitos de interesse, em que o desenvolvimento agrário e/ou industrial se encontrava acelerado, e demandava, portanto, uma limitação do uso desenfreado de recursos. Aqui, é possível notar a tendência das políticas brasileiras de proteger áreas com impactos já existentes, priorizando áreas com concentração populacional, tendo como característica marcante o combate à degradação, tentando conter excessos na exploração e ocupação (MEDEIROS et al., 2004). Neste momento, as primeiras UCs do país foram implantadas, como o Parque Nacional do Itatiaia (RJ), Parque Nacional do Iguaçu (PR) e da Serra dos Órgãos (RJ), todos em área de Mata Atlântica, com alta densidade populacional.

A visão nacionalista marcou o regime militar, fase seguinte, com ações de relevância no âmbito ambiental. A ideia de defesa e controle do território balizou as decisões centralizadoras e autoritárias deste período, marcado por uma tendência ao emparelhamento do Estado e à burocratização. Diferentes categorias de UCs foram estabelecidas nesse momento, e as questões ambientais ganhavam grande repercussão, influenciando o governo brasileiro a criar um grande número de áreas protegidas no país (JÚNIOR et al., 2009).

Além destas ações, este momento histórico apresentou avanços no processo de institucionalização da gestão ambiental pública, sendo criada, em 1973, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), com a intenção de elaborar e executar parte da política ambiental no país e, posteriormente, no final do regime militar, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que sistematiza suas diretrizes políticas de gestão, mencionando, pela primeira vez, a Educação Ambiental como instrumento de auxílio para

# Revista GepeVida 2018

*Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental*

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

a conservação, além de traçar como objetivo a participação ativa da sociedade na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1998). A concepção de participação prevista na lei, porém, ainda não se tratava de controle e questionamento das ações do Estado e, sim, de legitimá-las, dado o contexto ditatorial em que a mesma foi criada (SAISSE, 2013). Predominava nessa fase, portanto, uma visão de Educação Ambiental desconectada do debate político e da temática social, sendo conveniente a tal contexto histórico que ela se aproximasse mais do enfoque naturalista, focado na “sensibilização” e na “reconexão” das pessoas a uma natureza idealizada (SAITO, 2012).

A redemocratização do país, juntamente com o aparato jurídico, institucional e político promovido dentro do regime militar, impulsionou a criação de Unidades de Conservação no Brasil. Era um momento de alta nas discussões ambientais no mundo e de consolidação de grupos organizados que promoviam debates internos sobre a conservação. A Constituição de 1988 assenta a política ambiental com um capítulo específico sobre meio ambiente e o governo começa a se preocupar, enfim, com mecanismos que pudessem garantir a gestão das áreas protegidas e aplicassem de forma efetiva a PNMA. A mudança no cenário político oportunizou a organização da sociedade civil em torno de debates de diversas temáticas, incluindo a Educação Ambiental (SAITO, 2012).

Um marco importante neste sentido foi a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 1989, que auxiliou na centralização da execução desta política. Este órgão se tornou responsável por garantir a gestão das UCs no país, formulando políticas de implantação e promovendo ações de manutenção, recuperação ambiental, fiscalização e punição de infratores.

Com a criação do Ibama, a discussão sobre o papel da Educação Ambiental nas UCs foi amadurecida e foram estabelecidas as diretrizes para sua implantação, por meio dos Núcleos de Educação Ambiental, criados em 1992, ligados às Superintendências Regionais (BRASIL, 2005; SAISSE, 2013). Tais núcleos funcionavam por meio de programas integrados e previam a participação dos segmentos sociais na formulação de políticas para o meio ambiente e tomada de decisões. Construía-se, assim, o início de uma concepção de Educação Ambiental voltada para a cidadania, a participação e a mediação

# Revista GepeVida 2018

*Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental*

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

de interesses e conflitos de diferentes atores sociais (SAISSE, 2013).

Um dos documentos mais importantes neste sentido, no que diz respeito à criação de áreas protegidas, é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2011). Com a função de regulamentar as UCs no Brasil, desde sua criação até a implantação e gestão, ele é fruto de trabalho de mais de duas décadas de debates, em que se envolveram proprietários de terra, setores produtivos, movimentos sociais ligados às populações tradicionais, ambientalistas, conservacionistas e preservacionistas, etc. Foi criado através da Lei 9.985, de 2000 e se trata de um sistema nacional que busca garantir, através da definição de ações concretas, a proteção de parcelas dos biomas brasileiros se baseando em práticas de gestão territorial que reconhece a pluralidade de contextos, usos da terra, e características do território. Assim, ele possui categorias que variam quanto ao grau de proteção, bem como sua função social e possibilidades de utilização.

A diversidade na gestão é um ponto forte deste documento, pois ele possibilitou a integração de diferentes esferas, desde a governamental às particulares, criando um sistema que pode ser coletivamente planejado. A criação da figura do Mosaico de Unidades de Conservação prevê a existência de conselhos deliberativos ou consultivos como espaço democrático e inclusivo de ação pedagógica e de construção de estratégias de gestão, trazendo o controle social para o interior da gestão (LOUREIRO et al. 2003; SAISSE, 2013). Neste sentido, o SNUC é um documento que abriu possibilidades de atuação da sociedade civil nas ações de conservação da biodiversidade, dando espaço para o exercício da cidadania, convergindo com um dos principais objetivos da Educação Ambiental.

No ano de 2007, houve a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que assumiria a função de gerir as UCs, como resultado de um desmembramento do Ibama. O ICMBio é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e vem se consolidando como instituição de referência na conservação da biodiversidade e na gestão de UCs (BRASIL, 2007). O Instituto tem como missão o monitoramento do uso público e da exploração de recursos naturais dentro da legislação vigente, permitindo o desenvolvimento socioambiental das comunidades envolvidas com as áreas protegidas.

# Revista GepeVida 2018

*Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental*

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

O desmembramento do Ibama com a criação do ICMBio, porém, interrompeu um processo importante de centralização, orientação e fortalecimento do cunho social das ações de Educação Ambiental, se configurando como um momento problemático para a área (SAISSE, 2013). A partir disso, o traçar de estratégias pedagógicas ficou sem um marco orientador e integrador, ficando o desenvolvimento de ações a cargo dos educadores e gestores das UCs, com concepções discordantes de natureza, abrindo espaço para qualquer tipo de projeto e noção do que é a Educação Ambiental e quais os seus objetivos na sociedade (LOUREIRO et al., 2013; SAISSE, 2013).

O ICMBio concentrou esforços para resolver tal questão e, como resultado de diversas iniciativas de rearticulação, assumiu como prioridade a criação dos conselhos gestores das UCs e a abordagem de temas como: capacitação interna e externa, estabelecimento de redes de comunicação e troca de experiências, apoio técnico e financeiro a projetos, produção de materiais educativos e elaboração de projetos político-pedagógicos, etc (LOUREIRO et al., 2013). Hoje ele conta com a Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental, que defende a participação social como meio de garantir a efetividade das UCs, pois envolve a sociedade na gestão e conservação destas, sendo uma forma de se tomar decisões que considerem os aspectos históricos, econômicos, sociais e políticos na conservação da biodiversidade (MMA,2010). Para colocar isso em prática, o Instituto reconhece, como referência para promover a Educação Ambiental, as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (Encea) (MMA, 2010; ICMBio, 2016).

Abordamos, até esse ponto, o caminho trilhado pela Educação Ambiental desde a sua gradativa inserção na prática da gestão das áreas protegidas até sua transformação dentro dos variados contextos. É válido salientar que tal movimento permanece em exercício constante em busca de atender às demandas dos diversos atores sociais envolvidos nas Unidades de Conservação brasileiras.

### **3. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DAS UCS: DO PROCESSO DE**

# Revista GepeVida 2018

*Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental*

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

## **INSTITUCIONALIZAÇÃO À ORGANIZAÇÃO DO ICMBIO**

Cada Unidade de Conservação está introduzida em uma realidade local, repleta de particularidades e recortes. Estão ligadas a uma forma de viver, e respondem, dentro das suas práticas de gestão, a um balanço entre estas demandas e, ao mesmo tempo, a um discurso hegemônico capitalista e midiático de conservação, meio ambiente e desenvolvimento, sofrendo pressões em relação ao seu território o que afeta políticas, projetos pedagógicos e expectativas sociais. Levando isso em conta, a cultura humana então reaparece com um papel fundamental na Educação Ambiental. Ela surge para reerguer um pilar esquecido deste campo do conhecimento, devolvendo a complexidade que a ele pertence. É um aspecto capaz de trazer inspirações e dar material para a busca de soluções para o problema ambiental. Analisar particularidades da cultura, trazendo com elas suas conexões com os aspectos naturais, pode reacender questionamentos ricos no contexto da Educação Ambiental, auxiliando no seu objetivo de modificar mentalidades, conceitos e posicionamento social dos sujeitos para um sentido mais crítico e atento.

O espaço deste segmento na gestão ambiental, então, se consolidou enquanto proposta capaz de promover o controle social na elaboração das políticas públicas, promovendo a participação da comunidade e se atentando às necessidades e especificidades socioambientais de cada região (LOUREIRO et al. 2003). Existe, portanto, em termos institucionais, um entendimento da importância do envolvimento e da participação dos grupos sociais nos processos de criação e gestão de Unidades de Conservação. Existe, portanto, em termos institucionais, um entendimento da importância do envolvimento e da participação dos grupos sociais nos processos de criação e gestão de Unidades de Conservação.

O documento da Encea representa um marco institucional dessa tendência, funcionando como um instrumento orientador para potencializar ações transformadoras e incentivar o reconhecimento de espaços privilegiados para a conservação da biodiversidade, manutenção da qualidade de vida e progresso social no contexto das UCs. Os seus objetivos são: participação; diálogo e interatividade; UCs como cenários sociais;

# Revista GepeVida 2018

*Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental*

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

pertencimento; transdisciplinaridade; ética ambiental; justiça ambiental; pensamento crítico; emancipação; valorização da cultura e do conhecimento tradicional local; e isonomia e equidade entre grupos sociais e intra-institucional (MMA, 2010). O ICMBio orienta o desenvolvimento de processos formativos a partir destes princípios que, dentre outras estratégias, buscam fortalecer a democracia na gestão.

Em seu texto, Layrargues (2012) sistematiza as macro-tendências da Educação Ambiental, explorando os campos de atuação, áreas de predominância, papel exercido na causa ambiental, interesses envolvidos no desenvolvimento de cada uma. Além disso, ele aborda os desafios que precisam enfrentar para colaborar de fato com uma transformação societária que se relacione de forma menos predatória com o meio ambiente. Nas Unidades de Conservação, ainda hoje é possível identificar a predominância da tendência Conservacionista da Educação Ambiental, sendo o agregar da realidade local, de contextos sociais e políticos, um desafio que deve ser enfrentado para responder à demanda de criticidade nas ações pedagógicas.

## **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do percurso construído até aqui, reconhecemos que a gestão ambiental tem fundamental importância como uma estratégia de transição que busca atenuar os efeitos do modelo vigente, através das propostas que levam em conta o fator socioambiental. Ela deve, portanto, se aliar a um movimento maior, como parte de um esforço coletivo, intenso e sincronizado que tenta, dentro das suas possibilidades, criar condições para a mudança que idealizamos, agregando diferentes possibilidades de ação, de forma articulada para os tempos e espaços da experiência. Por isso, a compreensão da realidade e contextos se mostram indispensáveis, tornando possível que diferentes abordagens de EA tenham sua legitimidade reconhecida (KITZMANN, 2014). Isso é possível desde que se configurem como parte de uma estratégia maior e se mantenha a atenção à criticidade das práticas propostas quanto às contradições do modelo de sociedade, consumo e desenvolvimento na qual vivemos, pautado em explorações e injustiças. Como afirma Layrargues:

# Revista GepeVida 2018

*Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental*

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

Não se trata de controlar ou enquadrar, não se trata de obrigar a desistir de uma opção político-pedagógica considerada ingênua, reformista; para o caso da cooptação ideológica. Trata-se de estimular a inclusão de novos ingredientes enriquecedores dessas práticas educativas conservacionistas e pragmáticas, para ampliarem seu escopo e significados mais afinados com os preceitos de uma educação problematizadora e engajada na luta por outra sociedade, para assumirem suas problemáticas como “temas-geradores” e não apenas uma atividade-fim (LAYRARGUES, 1999 *apud* LAYRARGUES 2012, p.417).

No contexto das Unidades de Conservação, promover a participação das comunidades é uma forma de realização do aspecto crítico da Educação Ambiental, uma vez que ela é capaz de empoderar os indivíduos e é uma forma de se fazer reconhecer seu modo de vida e história como legítimos em momentos de tomada de decisão e no uso público. Ela aparece como um dos braços de ação da gestão ambiental, sendo prevista na legislação nos Conselhos Gestores, através do SNUC, um avanço considerável permitido por este documento. É possível observar um exemplo disso na publicação “Práticas Inovadoras” (ICMBio, 2014), que reúne experiências bem sucedidas dos gestores de UCs, abrangendo 27 experiências positivas de diferentes unidades, e em 19 delas (70%) a temática da participação da comunidade e sua aproximação com a UC é abordada, demonstrando a importância deste tipo de movimento nas estratégias de gestão.

Ortiz e Pompéia (2005) trabalham o conceito de participação amplamente, explorando diferentes níveis desta maneira de atuação nas esferas coletivas. Para eles, participar envolve comportamentos e atitudes individuais, mas que, de uma maneira ou de outra, se projetam nos outros. Acredita-se que o participar toma forma nas relações, e que deveria ser mais estimulada e aprendida na nossa sociedade. Segundo eles, existem níveis de participação, que variam de acordo com o grau de empoderamento e envolvimento dos sujeitos nos processos. Os autores não consideram, por exemplo, chamar de participação o ato de convocar pessoas para tratar de assuntos que não partiram da sua própria iniciativa e perguntar o que elas pensam sobre algo sem que isso seja contemplado em alguma ação objetiva e planejada para responder a estas demandas, ou ainda promover e reduzir todas as ações a iniciativas assistencialistas. A participação deve reconhecer a necessidade de haver

# Revista GepeVida 2018

*Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental*

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

flexibilidade e o entendimento de que o aprendizado é uma constante. Ela é, acima de tudo, uma forma de interagir em sociedade, que funciona como instrumento para a solução de problemas, mas também como uma atitude a ser buscada e incentivada na coletividade.

Neste aspecto, ao se pensar nas estratégias de gestão, combinar grupos locais e gestores pode resultar em bons resultados, pois os primeiros podem contribuir com sua presença, articulação entre diferentes atores sociais, conhecimento da dinâmica local e interesse em melhorias, enquanto os outros podem contribuir com seu apoio técnico e metodológico, articulação com esferas macropolíticas, poderes administrativos, etc (ORTIZ; POMPÉIA, 2005).

Em um sistema econômico e social que prioriza o mercado e o lucro, o que rege as relações humanas são regras alheias à experiência, conhecimento e necessidades locais. Existe um apagamento de singularidades discutido por Santos (2005; 2006) que enfraquecem o sentimento de pertencimento e a noção de lugar e, conseqüentemente, o sentimento de cuidado com o meio. A relação dos humanos com o lugar, as técnicas desenvolvidas para sobrevivência e a sua estrutura social própria são homogeneizadas, por um funcionamento global da sociedade e da economia e tendem a agir a serviço de forças econômicas hegemônicas. Assim, a dinâmica do lugar é colocada em segundo plano, em prol de normas externas, surgindo contradições que apagam as complexidades, conduzindo também as escolhas políticas e de gestão no contexto das UCs.

Reconhecemos aqui a produção de significados de natureza através das relações sociais e dos contextos sócio-históricos em que elas surgem. As problemáticas ambientais, riscos e danos precisam ser compreendidos em sua totalidade, reconhecendo os diferentes recortes de relações na sociedade que os produziram, e por isso as soluções precisam partir do mesmo pressuposto. Para Quintas (2004) é necessário criar condições para transformar o terreno da gestão ambiental em espaço público e igualitário, tentando superar a sensação de impotência frente às decisões sobre as questões ambientais, trazendo para o processo decisório os atores sociais nele implicados. Por esse motivo, sendo as UCs territórios de disputa, pensar sobre a participação e formas de valorizá-las podem auxiliar nas estratégias de gestão, trabalhando no sentido de buscar o empoderamento e pertencimento de

# Revista GepeVida 2018

*Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental*

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

comunidades e promover um despertar de um sentimento de responsabilidade e da atitude cidadã, objeto último da Educação Ambiental.

## REFERÊNCIAS

BECKER, B. Prefácio do livro: **Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas**. Antonio José Teixeira Guerra, Maria Célia Nunes Coelho (organizadores). – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p.17-19.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. 76 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/legislacao/areas-protegidas?download=1206:sistema-nacional-de-unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o-snuc-e-pnap> Acesso em 16/08/2018

BRASIL. Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Diário Oficial da União. Brasília: 29 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11516-28-agosto-2007-558840-publicacaooriginal-80483-pl.html> Acesso em 16/08/2018

BRASIL. **Programa nacional de educação ambiental - ProNEA** / Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. ed - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005. 102p. Disponível em: [www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/pronea3.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea3.pdf) Acesso em 16/08/2018

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Educação Ambiental. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. Brasília, 1998.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ICMBio. **Relatório de Gestão da Educação Ambiental**, 2016. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/acoes/Relat%C3%B3rio\\_de\\_Gest%C3%A3o\\_COEDU\\_2016\\_17\\_04\\_17.pdf](http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/acoes/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_COEDU_2016_17_04_17.pdf) Acesso em 26/05/2018.

ICMBio. **Práticas inovadoras na gestão de áreas protegidas**. Gestores empreendedores: Inovação na gestão de Unidades de Conservação. Ed. 1. Ano 2014. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/publicacoes?showall=&start=5> Acesso em 16/08/2018

JÚNIOR, Evaristo; COUTINHO, Bruno; FREITAS, Leonardo. **Gestão da biodiversidade e áreas protegidas**. In: Unidades de Conservação: Abordagens e Características

# Revista GepeVida 2018

*Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental*

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

Geográficas. Antonio José Teixeira Guerra, Maria Célia Nunes Coelho (organizadores). – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 25-65.

KITZMANN, Dione Iara Silveira. Convergências e percursos formativos em Educação Ambiental. **Anais do VI EDEA** – Encontros e Diálogos com a Educação Ambiental. Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. set 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para onde vai a Educação Ambiental? O cenário político ideológico da Educação Ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. In: **Revista contemporânea de Educação**, Brasília, nº 14, p. 398 – 421, agosto – dez 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; SAISSE, Maryane Vieira, CUNHA, Claudia Conceição. **Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama da divisão do IBAMA à sua reconstrução no ICMBio**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. UFPR, v. 28, p. 57-73, jul-dez. 2013.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; AZAZIEL, Marcus; FRANCA, Nahyda. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. 1. ed. Rio de Janeiro: IBAMA/IBASE, 2003.

MEDEIROS, Rodrigo, IRVING, Marta, GARAY, Irene. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. In: **Revista de desenvolvimento econômico**. Ano VI. Nº9. Salvador, BA. jan., 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Diretoria de Educação Ambiental. **Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no SNUC (ENCEA)**. Versão Final. Brasília. MMA, 2010. Disponível em: <<http://encea.blogspot.com/>> , <[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)> Acesso em: 25/05/2018.

ORTIZ, Marcos, POMPÉIA, Sílvia. **Diagnóstico e caracterização por percepção de bacias hidrográficas**. Fundação SOS Mata Atlântica. -- São Paulo, 2005. 91 p.

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: Philippe Pomier Layrargues. (coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. 1ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, v. 1, p. 113-140.

SAISSE, Maryane Vieira. Sentidos e práticas da educação ambiental no Brasil: as unidades de conservação como campo de disputa. In: **Anais do VII EPEA** - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Rio Claro, SP. 2013.

SAITO, Carlos Hiroo. Política Nacional de Educação Ambiental e Construção da Cidadania – revendo os desafios contemporâneos. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.). **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. 2ªEd. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 54-76.

# Revista GepeVida 2018

*Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental*

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

SANTOS, Milton. Horizontalidade e Verticalidade. In: **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1) p. 190 – 194.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Ano 6, no. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>

VAN SCHAIK, Carel. e RIJKSEN, Herman. Projetos integrados de conservação e desenvolvimento: problemas e potenciais. In: SPERGEL, B. e TERBORGH, J. (orgs.) **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. da UFPR/Fundação O Boticário, 2002, p. 20-24.

Recebido em novembro de 2018.

Aceito em dezembro de 2018.